

Poluição estrangeira

Categories : [Reportagens](#)

A Petrobras tem novos problemas ambientais no Equador. A empresa brasileira está sendo acusada por duas comunidades da região de Sacha, na província amazônica de Orellana, de contaminar dois rios: Salvador e Jivino Rojo. Ambos são utilizados pelas comunidades 3 de Novembro e 25 de Dezembro para banho, lazer e lavagem de roupa. Algumas famílias também bebem a água que a Petrobras jura que não está infectada, mas todo mundo que mergulha nela sai se coçando.

Adultos e crianças têm apresentado micose, placas vermelhas na pele e ardência na garganta depois de tomarem banho nos rios, principalmente no Jivino Rojo, mais próximo à comunidade 3 de Novembro. A vila tem este nome em memória à data em que um grupo de sem-terra ocupou a área e posteriormente recebeu os devidos títulos. Na década de noventa, alguns venderam suas propriedades para petroleiras interessadas em explorar petróleo na região. Hoje, a Petrobras é a principal acionária do que ficou conhecido como Bloco 18.

Segundo os moradores, que costumam banhar-se quase que diariamente nos rios, a coceira é pior na época de chuva, quando os resíduos das áreas exploradas são carreados para os cursos d'água através de um canal aberto pela Petrobras no Bloco 18. O coordenador de relações comunitárias da companhia, Doryan Jara, afirma que não há registros de vazamento e que o resultado de duas análises feitas este ano nos rios foi negativo. Mas basta cheirar a lama do canal aberto pela Petrobras para se sentir o odor forte de hidrocarboneto e perceber a presença de grãos negros de petróleo misturados à terra molhada.

Análises feitas pela Secretaria de Meio Ambiente da província de Orellana no rio Jivino Rojo também registraram uma alta condutividade elétrica, o que revela forte presença de sais na água. Augusto Córdoba, responsável pelos estudos de qualidade da água feitos pelo governo de Orellana, afirma que é comum eles encontrarem traços preocupantes de metais nas amostras, mas esbarram em dois problemas. Primeiro, apesar de alto, os níveis de poluição encontrados são aceitáveis pelos padrões de regulamentação para operações hidrocarboníferas no Equador que, segundo Augusto, estão defasados em relação aos limites sugeridos pela Organização Mundial de Saúde. Em segundo lugar, somente um órgão controlado pelo ministério de Minas e Energia, o Dinapa, está autorizado a fazer análises de amostras de contaminação. Portanto, as análises da Secretaria de Meio Ambiente de Orellana não têm valor se não para a Justiça, quando uma comunidade entra com uma ação contra a empresa. Por enquanto, as comunidades e a Petrobras estão em fase de negociação. Sexta-feira, dia 30 de junho, a companhia irá com técnicos da Dinapa examinar a água dos rios.

A comunidade de 3 de Novembro apresenta o maior número de casos de contaminação. Segundo o morador Pablo Pacheco, não há mais tantos peixes no rio como havia há cinco anos. Além

disso, sua mulher rotineiramente precisa ir ao médico porque apresenta manchas quase roxas na pele. Victor Manuel Pina, que vive há 31 anos no local e participou da ocupação da terra, afirma que perdeu 35 cabeças de gado em 4 anos – coisa que nunca havia acontecido antes – e que tem mais duas vacas doentes. Muitos animais também abortaram seus bezerros e ele culpa a água contaminada por todo o dano. "Antes, quando não existia a Petrobras, não perdíamos os animais, não precisávamos vaciná-los, nem lhes dar vitaminas e remédios", diz. Carlos Yanza, presidente do Comitê de Afetados de Jivino Rojo, afirma que eles escolheram morar naquela região, conhecida como "jóia da selva", por causa dos rios e que eles dependem do curso d'água para tudo. Tanto a comunidade 3 de Novembro quanto a 25 de Dezembro não têm água encanada.

Apesar de terem iniciado um diálogo com a Petrobras, que permite desde o começo do ano a presença de dois observadores comunitários em suas instalações, os moradores se mostram descrentes com a empresa. Gustavo Verduga, professor da escola de 25 de Dezembro e líder comunitário, se queixa que a companhia brasileira não cumpre os convênios firmados nem as regras mínimas de segurança ambiental. "Não temos nada contra a Petrobras", diz, lembrando que boa parte dos moradores da comunidade trabalham no Bloco 18, "só queremos que obedeça as lei e os níveis de contaminação para evitar enfermidades", conclui.